



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A alínea "b" do § 1º, do artigo 92 da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda Constitucional n.º 6, de 19 de abril de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"b) — juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, poderão substituir juízes vitalícios."

Sala as Sessões, em 03 de abril de 1979.

(aa) Ivo Thomazoni

Fidelcino Tolentino

Apoio: Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Nelton Friedrich, Mário Celso, José Domingos, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Romero Filho, Werner Wanderer, Nilso Sguarezi, Tadeu Lúcio Machado, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Edilson Alencar, Nelson Buffara, Antônio Facci, Domício Scaramella, Nestor Baptista, Trajano Bastos, Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:
A recém aprovada Emenda n.º 06 à Constituição do Estado, por um lapso, refere-se, no dispositivo a ser alterado, a "... crime a que seja cominada pena de reclusão...", enquanto o equivalente da Carta Federal, de força modelar compulsória, alude a "... crime a que NÃO seja cominada a pena de reclusão..."

É imperativo, portanto, o aperfeiçoamento da Carta Estadual à Federal, pelo que dispensamo-nos de mais considerações, tendo em vista, ainda, que o artigo 108, inciso III da recém sancionada Lei Orgânica da Magistratura Nacional confirma essa atribuição dos Tribunais de Alçada, ao estabelecer:

"Art. 108 —

I —

II —

III — limitar-se a competência do Tribunal de Alçada, em matéria penal, a infrações a que não seja cominada pena de reclusão e, em matéria cível, a recursos nas ações relativas a locações e acidentes do trabalho e à matéria fiscal, e nos concernentes a ações de procedimento sumaríssimo."

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — O artigo 107, da Constituição do Paraná fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 3º — Excetua-se da vedação do parágrafo anterior o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato."

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

Apoio: Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Nelton Friedrich, Mário Celso, José Domingos, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Romero Filho, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Nestor Baptista, Tadeu Lúcio Machado, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Antônio Facci, Fuad Nacli, Renato Bernardi, Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:

Após a tramitação da Proposição n.º 537/77, da qual resultaram as modificações introduzidas pela Emenda n.º 6 à Constituição do Paraná, o Congresso Nacional promulgou a Emenda n.º 10 à Constituição Federal, permitindo a licença do Vereador para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Deixando de constar em nossa Emenda n.º 6, a exemplo do que ocorreu no âmbito federal, faz-se necessária a atua-

lização do nosso texto, embora os efeitos da Carta Magna Federal sejam aplicáveis às Câmaras Municipais de todos os Estados da Federação.

Tendo transcorrido o prazo legal sem que fosse apreciada por esta Casa a Proposição n.º 181/78, de Emenda à Constituição Estadual, apresentada na legislatura anterior, pretendemos apenas renovar os termos daquele expediente, para os devidos fins de direito.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O artigo 70 da Constituição do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 — O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar trinta e cinco por cento;

II — ao completar vinte e cinco anos de exercício, a incorporação da sexta parte sobre seus vencimentos integrais, para todos os efeitos.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1979.

(aa) Fidelcino Tolentino

Ivo Thomazoni

Apoio: Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Nelton Friedrich, Mário Celso, José Domingos, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Nestor Baptista, Domício Scaramella, Trajano Bastos, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Renato Bernardi, Antônio Facci, Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

Em agosto de 1976, tomamos conhecimento de Representação promovida pelo Ex.º Sr. Procurador Geral da República junto ao Excelso Supremo Tribunal Federal, visando a declaração de inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70 de nossa Constituição.

Esse dispositivo concede aos funcionários públicos do Estado, o direito à percepção de adicionais de 5% (cinco por cento) ao completarem 30 anos de serviço, e igual quantia por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Ainda que a Emenda Constitucional houvesse se limitado a repetir o dispositivo similar àqueles contidos no artigo 152, da Constituição de 12 de julho de 1947, e artigo 67, da Carta Magna de 08 de maio de 1967, consagrando uma norma que vem sendo mantida há mais de 25 anos em favor dos servidores públicos do Paraná, a ameaça ainda persiste.

Tendo como principal objetivo sanar esse angustiante problema que aflige a laboriosa classe, estamos apresentando a presente Emenda.

Levando-se em consideração que um funcionário regido pelo sistema ora em vigor terá um acréscimo acumulado máximo de 62,88%, enquanto que pelo sistema proposto atingirá um teto de 56,44% ao completar 35 anos de serviço, a situação atual não sofrerá radical transformação.

Por outro lado, a fórmula proposta virá ao encontro de antiga aspiração das funcionárias mulheres, magistrados, membros do Ministério Público e de outras classes de servidores com direito à aposentadoria com 30 anos de serviço, os quais, atualmente, são obrigados a permanecer em exercício após completarem o tempo para aposentadoria, para poderem alcançar integralmente os benefícios dos adicionais, os quais se acumulam de ano em ano, em distribuição não muito justa.

O modelo adotado é similar ao da Constituição de São Paulo, cujo artigo 92 de sua Carta Magna já passou pelo crivo da Procuradoria Geral da República, segundo se depreende da Representação de Inconstitucionalidade n.º 753, que aborda, entre outros dispositivos, as normas contidas no seu inciso II, alíneas "a" e "b", taxados de inconstitucionais, enquanto que nada se arguiu contra o inciso VIII daquele mesmo artigo 92, onde estão assegurados aos servidores públicos paulistas a incorporação de adicionais de 5% (cinco por cento) de cinco em cinco anos de exercício.

Estamos reapresentando a presente Proposição de Emenda à Constituição, não só pelo fato de haver vencido o prazo constitucional sem que fosse apreciada por esta Casa a Proposição que demos entrada na legislatura anterior, mas, pela confirmação de nossas previsões quanto às alterações introduzidas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional no tocante ao pagamento dos adicionais previstos nos incisos I e II de nossa Constituição.

A propósito, eis o texto do artigo 65, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979:

"Art. 65 — Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I —

VIII — gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete; § 1.º —

§ 2.º — É vedada a concessão de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados."

Como podemos notar, se os próprios magistrados tiveram seus adicionais limitados a 7 (sete) quinquênios, ficando extintos os demais, aos servidores públicos estaduais não se deve esperar melhor sorte por ocasião do julgamento da Representação de Inconstitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Visando prevenir esse mal, reformulamos a Proposição de Emenda pela qual poderá ser modificado o texto daquele dispositivo de nossa Constituição Estadual.